



Línguas: Traduzir o Futuro

CONCLUSÕES

A Conferência revelou-se muito positiva na medida em que constituiu uma oportunidade de reunir num só evento e local grande parte dos atores relevantes e partes interessadas do mundo da tradução e interpretação em Portugal. Foi plenamente alcançado o objetivo de criação de um fórum de partilha, intercâmbio e aprendizagem, bem como de um palco privilegiado para se perspetivar a evolução futura das profissões linguísticas.

Agradecemos a vossa participação e temos o prazer de enviar as conclusões gerais da Conferência:

- Necessidade de ultrapassar algumas dificuldades associativas, a fim de reunir os vários agentes ligados ao mundo da tradução e da interpretação em torno de temas de interesse comum, o que permitirá reforçar e consolidar o respetivo estatuto profissional.
- Necessidade de levar a cabo um exercício de levantamento da diversidade dos conceitos associados à realidade da tradução e da interpretação em Portugal e dos respetivos profissionais.
- No quadro das medidas adotadas para transpor a Diretiva 2010/64/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, a identificação de interlocutores foi reconhecida como um ponto fundamental na conclusão do processo desencadeado pelo Ministério da Justiça, o qual granjeou, já, decisão política favorável.

No plano conceptual, no quadro da transposição da diretiva, necessidade de refletir sobre um novo conceito de interpretação de serviço público.

A aposta na qualidade e na exigência corresponderá, necessariamente, à ponderação dos valores de mercado e ao ajustamento das tabelas remuneratórias existentes.

Neste quadro, com vista a uma célere e satisfatória resposta às exigências da diretiva e às necessidades da Justiça e das classes profissionais envolvidas, deverá ser implementado um plano de trabalho que permita:



- que o Ministério da Justiça submeta à apreciação das estruturas identificadas durante o evento o projeto de regime jurídico do tradutor e do intérprete ajuramentado, já delineado, para comentários, até ao termo do mês de outubro;
- que, uma vez elaborado o projeto à luz de eventuais sugestões e críticas, o mesmo seja submetido à consideração da Direção-Geral de Tradução e da Direção-Geral de Interpretação da Comissão Europeia e eventualmente de outras instituições europeias, para apreciação crítica, em termos de informação comparada, e ajustamento de texto.
- Necessidade de adaptar a formação dos tradutores e intérpretes ao mercado de trabalho e de perspetivar a evolução do seu perfil profissional, tendo designadamente em conta a evolução tecnológica e as necessidades de uma sociedade em rápida transformação.
- Determinação e estabelecimento dos contactos necessários para perenizar uma formação em interpretação de conferências em Portugal.
- Reforço da cooperação, ainda insuficiente, entre as universidades e a administração pública para permitir aliar o suporte teórico à prática conferida pelo mercado.
- A MT@EC, uma aplicação de tradução automática, proposta pela Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, deverá ser aberta não só aos tradutores da administração pública, mas de uma forma generalizada a todos os funcionários que dela necessitem:
 - a Agência para a Modernização Administrativa deve desempenhar um papel de dinamizador desta solução junto de todos os serviços públicos;
 - deve ser ponderada a ideia de criar um pequeno grupo de acompanhamento para a introdução da Tradução Automática na Administração Pública portuguesa.
- Na preparação da língua portuguesa para a era digital:
 - existe um ecossistema a partir do qual é possível trabalhar, mas o atual nível de progresso desta preparação é bastante insatisfatório quando comparado com o estado de preparação de outras línguas, incluindo várias línguas de menor ambição ou projeção global;
 - trata-se de um ecossistema frágil, que se encontra em risco de dissipação e que urge robustecer através de medidas de política de investigação e inovação de diversa ordem, dirigidas às diferentes dimensões envolvidas, desde o planeamento da investigação e inovação até a exploração comercial das tecnologias da língua portuguesa daí emergentes, e incluindo o estímulo à investigação básica e aplicada em ciência e tecnologia da língua portuguesa.